

ano 3 – n. 04 | janeiro/junho – 2019
Belo Horizonte | p. 1-196 | ISSN 2594-8393
Revista Fórum de Direito na Economia Digital – RFDED

Revista Fórum de Direito na Economia Digital

RFDED

FORUM

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Open banking: inovação e regulação

Alan Campos Elias Thomaz, Ana Letícia A. C. Bahia, Giovanna Bruno Ventre, Luciana Moreira Kanarek.....

9

1	Introdução	10
2	Open banking.....	11
2.1	Tecnologia	12
2.2	Quebra de paradigmas	13
2.3	Impacto	14
3	Contexto brasileiro	15
3.1	Comunicado nº 33.455/Bacen.....	20
3.2	Experiência internacional	21
3.3	União Europeia	22
3.4	Reino Unido.....	23
3.5	Austrália.....	24
3.6	Hong Kong.....	24
4	Estudo de caso – GuiaBolso.....	25
5	O futuro dos serviços financeiros	26
6	Conclusão	28
	Referências	29

Marco Civil da Internet – neutralidade de rede e liberdade de expressão

Alexandre Pontieri

33

1	Introdução	33
2	A neutralidade da rede.....	34
3	O Marco Civil da Internet.....	35
4	Liberdade de expressão na Constituição Federal.....	36
4.1	Liberdade de expressão – Declaração e Convenção das quais o Brasil é signatário	38
5	A neutralidade de rede traz liberdade de expressão plena para o uso da internet no Brasil?.....	39
6	Internet e liberdade de expressão – a posição do Poder Judiciário.....	41
7	Conclusão	45
	Referências	46

O uso das hashtags como forma de autorização para a reprodução de imagem no Instagram

Ana Luiza Montauray Pimenta Corrêa.....

49

1	Introdução	49
2	O que é uma hashtag?	50
3	O autor da foto.....	51
4	Licença ou cessão de direitos patrimoniais do autor	52
5	Direitos do autor e violações	53
6	O Instagram.....	54
7	Contrato de direito autoral	54
8	Requisitos contratuais	55
8.1	Autorização explícita do autor	56
8.2	Aviso legal	57
8.3	Autorização implícita.....	59
9	Conclusão	60
	Referências	61

Power imbalance between consumers and information aggregators

Arti Mann, Robyn L. Raschke	63	
1	Introduction	63
2	Data brokers and aggregators: information gatekeepers	65
3	Theory of power responsibility equilibrium.....	67
3.1	PRE: a framework extended to data brokers/aggregators.....	69
3.2	Case 1: Equifax.....	70
3.3	Case 2: Facebook	71
4	Conclusions.....	73
	References	74

Direito Digital na era da internet das coisas – o direito à privacidade e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Bárbara Brito de Castro	79	
1	Introdução	79
2	Direito Eletrônico.....	80
2.1	Natureza jurídica do Direito Eletrônico	81
2.2	Relação do Direito Eletrônico com as garantias fundamentais.....	82
3	A internet das coisas.....	83
3.1	A internet e os meios digitais	83
3.2	Conceito e aplicação da internet das coisas	84
3.3	A internet das coisas e o direito à privacidade	85
4	Proteção de dados pessoais	88
4.1	Legislação brasileira – Marco Civil da Internet	90
4.2	Lei Geral de Proteção de Dados	92
5	Conclusão	95
	Referências	96

Privacy and cell phone geolocation: argentine case law mirrors the Carpenter decision

Diego Fernández	99	
1	Cell phone location and privacy	99
2	The global spread of cell phone use.....	100

3	Cell phone geolocation	101
4	Access to cell phone geolocation by authorities	102
5	Geolocation of cell phones in the US	104
6	Prior case discussions and case law.....	104
7	Carpenter	105
8	Carpenter in Argentina	107
9	Conclusion.....	109
	References	109

A gestão coletiva de direitos autorais sobre exibição de obras audiovisuais

Gabriela Paes de Carvalho Rocha, Ana Flávia Costa Ferreira	111	
1	Introdução	111
2	O Ministério da Cultura e a habilitação de entidades.....	113
3	A arrecadação de direitos autorais em obras audiovisuais.....	114
4	O contexto internacional	118
5	Conclusão	121
	Referências	123

Considerações acerca da aplicação dos contratos inteligentes

Jose Humberto Fazano Filho	125	
1	Introdução	125
2	<i>Smart contracts</i>	126
3	DLT – Ethereum e Bitcoin.....	129
4	Cláusulas operacionais e não operacionais	130
5	Os <i>smart contracts</i> e os elementos tradicionais dos contratos	132
6	Aplicações iniciais dos contratos inteligentes	133
6.1	Identidade digital.....	133
6.2	Registro de propriedade imobiliária.....	134
7	<i>Smart contracts</i> e arbitragem internacional	135
8	Conclusão	137
	Referências	139

Proteção de dados pessoais e Direito Concorrencial: razões da aproximação e potencialidades para pesquisa

Rafael A. F. Zanatta, Bruno P. Renzetti	141	
1	Introdução	141
2	Proteção de dados pessoais e Direito Concorrencial: diferenciação e aproximação.	145
2.1	Diferenciação básica entre proteção de dados pessoais e Direito da Concorrência.	145
2.2	Fenômenos estruturais que fomentam a aproximação entre proteção de dados pessoais e Direito Concorrencial	149
2.2.1	A estrutura dos mercados de dois lados e os efeitos em rede	149
2.2.2	A “APIzação” da economia da internet	152
3	Construindo uma agenda de pesquisas entre proteção de dados pessoais e Direito Concorrencial	156
3.1	“Efeitos em rede”, barreiras de entrada e prejuízo à competição.....	156
3.2	Colusões algorítmicas e “olhos digitais”	160
4	Conclusão	164
	Referências	167

Open banking no Brasil: a adoção de modelo menos restritivo

Vitor Amorim Mendonça Alves	171
1 Introdução	171
2 O open banking.....	172
3 Jurisdições estrangeiras	175
3.1 União Europeia	175
3.2 Reino Unido.....	178
3.3 Hong Kong.....	179
3.4 Estados Unidos da América	180
4 Open banking no Brasil: o modelo a ser adotado	183
4.1 A regulamentação do open banking frente aos princípios da LGPD	183
5 Busca pela competitividade no cenário bancário nacional	186
6 O Comunicado nº 33.455 do Banco Central do Brasil.....	189
6.1 Alinhamento à LGPD.....	189
7 Escopo e obrigatoriedade do open banking.....	190
7.1 Autorregulação	191
8 Conclusão	192
Referências	193
Instruções para os autores	195